

DOI: 10.12957/transversos.2023.71911

REFLEXÕES SOBRE SUL-SUDESTE-CENTRISMO EM RELAÇÃO AOS  
ESTUDOS DO ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA DIGITAL: UMA  
CONVERSA COM MARCELLA ALBAINÉ, HSTÉFFANY MUNIZ E  
CLEICIMAR SOUZA

REFLECTIONS ON SOUTH-SOUTHEAST-CENTRISM IN RELATION TO  
STUDIES IN HISTORY TEACHING AND DIGITAL HISTORY: A  
CONVERSATION WITH MARCELLA ALBAINÉ, HSTÉFFANY MUNIZ AND  
CLEICIMAR SOUZA

**Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre**

Instituto Federal da Paraíba – Campus Cabedelo (IFPB-Cabedelo)

[marialuciabsa@gmail.com](mailto:marialuciabsa@gmail.com)

**Natália Batista Peçanha**

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

[nataliahist@hotmail.com](mailto:nataliahist@hotmail.com)

Cai o sol na terra de Makunaima  
Boa Vista no céu, lua cheia de mel  
sob a serra de Pacaraima  
eu sou de Roraima  
surubim, tucunaré, piramutaba  
sou pedra pintada, buriti, bacaba  
Caracaranã, farinha d'água, tucumã  
curumim te espera cunhatã  
um boto cantando no rio  
beijo de caboco no cio  
parixara na roda de abril, se abriu  
carne seca, xibé, aluá  
jiquitaia, caxiri, taperebá...  
(Zeca Preto – Makunaimando)

Iniciamos essas páginas com a canção Makunaimando, que Marcella Albaine, uma de nossas entrevistadas, mencionou nos bastidores da conversa. Essa música, que representa toda a riqueza cultural de Roraima, permite-nos desvelar um território que não se apresenta no cenário nacional somente pelo seu “buriti” ou sua “farinha d’água”. É um lugar que possui uma

multiplicidade de culturas, etnias, pessoas produzindo e resistindo, em um território cheio de vida e potência. A conversa realizada com Marcella Albaine, Cleicimar Souza e Hstéffany Muniz demonstra essa potência mencionada. Três mulheres, professoras e pesquisadoras que colocam no mapa nacional importantes trabalhos sobre o Ensino de História e a História Digital.

Marcella Albaine, atuando na formação de professores da Universidade Federal de Roraima e uma das principais referências dos estudos da História Digital no Brasil; Cleicimar Souza, uma historiadora de origem Macuxi, mestranda do ProfHistória e professora do ensino básico; e, Hstéffany Muniz, maranhense radicada em Roraima, mestre em História pelo ProfHistória e também professora do ensino básico. Mulheres, intelectuais e professoras que, nesta conversa, nos ajudarão a romper com a arrogância do eixo Sul-Sudeste do Brasil, o qual tende a centrar as produções acadêmicas somente nessas regiões.

Assim, após essa breve apresentação e, em tom de conversa, iniciamos a entrevista com a seguinte pergunta:

**Natália Batista** – Vocês poderiam falar um pouco sobre suas respectivas trajetórias em relação ao ensino de História e como se aproximaram da temática da História Digital?

**Marcella Albaine** – Então, acho que esta aproximação com o ensino de História foi muito marcante no momento em que tive a oportunidade de ser bolsista do PIBID, o Programa de Iniciação à Docência, na minha graduação em História, na UFRJ. Eu já vinha com interesse, eu sempre gostei muito das disciplinas da licenciatura, mas eu acho que o PIBID foi determinante no conhecer o ensino de História como um campo de pesquisa. Eu também vinha com uma experiência de estágio em um jogo que se chamava “Desafio Sebrae”, voltado para quem trabalhava na área administrativa, econômica. Aparentemente, não tinha nada a ver com a História e com o ensino de História, mas, a partir dessa experiência, me aproximei desse universo da tecnologia digital e tentei fazer uma ponte entre aquilo que eu estava vendo no meu estágio e o que estava estudando na faculdade. Então, eu treinava o meu espanhol, pois atendia equipes estrangeiras, e tentava fazer a conexão: o que tudo aquilo tinha a ver com minha formação como historiadora? Eu saía das aulas de história medieval e ia para esse estágio nessa empresa, que ficava na incubadora de empresas, na UFRJ, na Ilha do Fundão/RJ. Então, a minha experiência no universo do digital veio em função dessa vivência, que não tinha relação com o conhecimento histórico diretamente. E com o PIBID eu me aproximei desse universo do “ensino de”. Então,

eu acho que eu demarco isso ali, mais ou menos, em 2011, 2012, como esse momento de aproximação com esse campo. Desse modo, a gente está completando aí, 10, 11 anos, mais ou menos, de proximidade com essa temática. E, desde então, pulei de cabeça, coração e corpo inteiro nesses estudos. Corpo-território. Esse universo do ensino de História e da História Digital, pra mim, são duas paixões.

**Hstéffany Muniz** – Bom, é muito interessante ouvir outra pessoa e como alguns momentos são parecidos. Então, a minha formação foi aqui, na Universidade Federal de Roraima. Na época, era licenciatura e bacharelado e o curso tendia muito para a área de pesquisa. Só que eu sempre soube que eu queria ser professora. Se vocês conversarem com minha mãe ela vai dizer: “olha, ela sempre quis ser professora”. Essas eram as minhas brincadeiras de criança, era ensinar meu irmão mais novo as coisas relacionadas à escola. E, aí quando cheguei à Universidade, foi um baque para mim, pois, como eu disse, era muito mais voltada para a pesquisa. A parte de licenciatura era meio coadjuvante, mas o PIBID veio trazer uma modificação. Eu fui aluna do PIBID. Na época, tinham dois subprojetos. Particpei do subprojeto de história oral. Ir para dentro da sala de aula e trabalhar com as oficinas, me despertou para o ensino de História. Eu sabia que eu queria muito ser professora e eu aprendi muito ali com aquilo que foi desenvolvido no PIBID. Então, eu sabia que as minhas próximas formações, seja mestrado, especialização, quem sabe um doutorado, fossem sempre na área de ensino de História. Tanto que eu tentei ainda fazer um mestrado em Educação, mas por conta do trabalho não deu certo. Somente com a chegada do ProfHistória que isso foi possível. A História Digital, a gente trabalha o tempo todo na educação básica, mas não temos um aprofundamento de, muitas vezes, ir pesquisar a respeito. Quando chega a pandemia, a gente percebe que fomos mergulhados neste mundo, somos levados à pesquisa dessa maneira. Então, essa aproximação com o digital começa a ser pensada, mesmo, a partir do momento em que nos vemos em plena pandemia. Então, vamos começar a enxergar também outros links, em outros momentos fora da pandemia.

**Cleicimar Souza** – Bom, meninas, minha formação assim como a da Hstéffany, é bacharelado e licenciatura e a gente tem muito essa questão da pesquisa presente na formação do historiador. Inclusive, na própria monografia, trabalhamos muito a questão da pesquisa e esquecemos um pouquinho da sala de aula. Eu tive esse incômodo e precisei mudar, indo para a área de licenciatura. A questão com o digital veio com a sala de aula. Aquela necessidade de trazer o

aluno para a aula, buscar formas de captar a atenção do aluno, por que, assim, não sei vocês, mas hoje a gente está conseguindo desconstruir um pouquinho isso. Antes, chegávamos na escola: “Ah, aula de história”, “Ah, só coisa do passado”, “Só velharia”, “Pra quê que isso me serve?”, “Onde eu vou usar isso?”, “eu não preciso saber disso”. Lembro que eu não tinha nenhuma experiência quando cheguei na sala de aula, meu único instrumento era o livro didático. O único e exclusivo. E, assim, vem a insegurança, vem vários fatores que vão junto com a gente para a sala de aula no primeiro dia. Lembro a pergunta que eu coloquei no quadro: “O que é História para você?”. As respostas foram: “Ah, estudam o passado”, “Estuda só coisa velha”. Hoje a gente tem uma outra forma de fazer essa pergunta. Hoje a gente usa aplicativos que te dão a possibilidade de refazer essa pergunta de uma forma mais elaborada, mas que não deixa de ser isso. Então, assim, o digital, ele está presente a todo momento e não só aí, na parte de jogos... O próprio programa de mestrado, o ProfHistória, traz vários produtos que podem ser utilizados dentro desse contexto de digital. A minha experiência é essa e acredito que é algo que veio para ficar. A própria pandemia nos mostrou isso: a necessidade de a gente se reinventar, de trazermos a tecnologia como aliada, para que possamos alcançar os meninos de uma forma mais satisfatória.

**Natália** – Vocês colocaram a sala de aula como o espaço em que tiveram contato com a História Digital. É evidente que essa relação se intensificou no contexto da pandemia, momento em que a maior parte dos professores começou a refletir sobre a importância dos recursos tecnológicos. Então eu queria, nesse momento, que vocês falassem um pouco do contexto educacional advindo da pandemia, na região Norte, apresentando os desafios impostos por esse cenário e as estratégias utilizadas para driblar os problemas advindos com ela.

**Cleicimar** – Aqui no Norte a gente tem um problema seríssimo com a internet. A nossa internet é muito frágil. É frágil mesmo, ao ponto de, qualquer coisa, a gente ficar totalmente incomunicável. Com a chegada da pandemia... Nossa, foi assustador, foi desesperador, não só pela doença em si, mas pelo contexto pandêmico, de saber como retomar a vida, para que ela não fugisse tanto daquela realidade que a gente vivia. Ou seja, voltar para a sala de aula, trazer os meninos mais para as aulas. Quando iniciou a pandemia, eu estava numa escola, fiquei pouco tempo e logo saí, então, não tive a oportunidade de trabalhar com nenhum programa específico. Mas, no ano passado, quando a gente ainda estava no ensino remoto, eu já estava em uma outra escola e lá utilizamos várias ferramentas: o Youtube, o Zoom, o próprio Meet. No decorrer do

ano, eu saí dessa escola particular, pois passei no concurso e assumi uma escola estadual. A escola em que eu fui lotada ainda está com o ensino remoto, ou seja, meio que a gente continua ministrando aula somente por meio virtual, aquilo que a gente teve que aprender ali no início da pandemia para que os meninos tivessem aula, estamos continuando. Só que tem uma grande diferença de escola particular para a escola pública: a questão do acesso desses meninos a essas tecnologias, tipo, ao celular, ao computador individual e tudo, porque, às vezes, a família tem cinco crianças que estudam na escola, mas o celular é do pai ou da mãe, que trabalham o dia todo. Na escola que eu trabalho hoje, a gente usa muito o Whatsapp. Utilizamos o Google, o Google Forms, os vídeos do Youtube, os próprios vídeos que a gente produz. Na época da pandemia eu produzi vários vídeos que a gente só compartilhava o link com a turma específica e esses vídeos continuam sendo utilizados nas aulas atualmente. Tivemos que nos reinventar. Eu mesma, ainda hoje, busco aprender a mexer com várias ferramentas, com vários programas, para que eu possa estar inserindo os meus alunos, a partir do que eu também estou aprendendo no mundo virtual. No próprio mestrado, aprendendo algumas coisas... paguei disciplina com a Profa. Carmem Gil, onde aprendi e ainda estou aprendendo a fazer a sala multimodal, que também é uma forma de trazer o aluno para dentro desse contexto das aulas de História por meio do digital. A minha temática de pesquisa do mestrado é patrimônio e ancestralidade e busco, através do digital, inserir a discussão nesse ambiente. Agora, uma coisa que eu observei, meninas, é que na escola que a gente voltou presencial, meio que se deixou de lado isso. Eu trabalho tanto no município, quanto no estado e aí, no município, eu voltei presencial ano passado, em setembro, e não se fala mais nos programas que a gente utilizou, nem sequer em grupo de Whatsapp. Ou seja, aquilo que a gente lutou tanto para aprender a manusear, a mexer de todas as formas, hoje em dia está meio que descartado. Isso é uma inquietação minha, inclusive, sempre nos encontros pedagógicos eu falo: “Gente, mas e aí? A gente bateu cabeça ali. Ficou reclamando, tendo que aprender e tudo. Mas parou, tá ali de ladinho”. Os meninos (alunos) são os mesmos e precisam ser alcançados. Tem aluno que não voltou para a escola. Tem aluno que adoce com muita frequência, porque o coronavírus deixa sequelas. Então, a gente tem alunos ali que a imunidade é baixa e eles precisam ficar afastados e aí, ele perde... porque ninguém quer mais utilizar o que aprendeu para auxiliar esse aluno em uma possível aula virtual.

**Hstéffany** – Isso que a Cleicimar falou em relação à nossa internet ser muito frágil é uma realidade. Mas, quando a gente fala sobre escola particular e escola pública, aí eu vou puxar um

pouquinho sobre a escola particular. Nos dois anos de pandemia eu estava na escola particular e, ao mesmo tempo, no ensino público. Eu estava como celetista no estado e a diferença, gente, era gritante. Gritante porque, no estado, se tinham aulas ao vivo todos os dias. Então, todos os meninos da escola particular tinham, um ou outro que não tinha computador, e isso a escola providenciou para que esse aluno tivesse acesso em casa e ali a gente possuía um mundo à nossa disposição. Nós aprendemos muito com os alunos porque eles indicavam muitas coisas para a gente. Então, durante esse tempo, fizemos visita no museu virtual, vídeos do Youtube, Google Forms e esse próprio contato direto com a videochamada, o que já não acontecia na minha escola pública. A escola pública em que eu trabalhava era da periferia, então, acontecia também isso que a Cleicimar falou de um mesmo celular ser compartilhado com cinco irmãos e era um celular que era do pai ou da mãe que, às vezes, só tinha tempo à noite. Eu recebia muitas atividades de madrugada. Mas isso também não limitava a gente de fazer algumas atividades, assim, claro, dentro daquilo que era possível: um vídeo do Youtube, um Google Forms. Tentávamos variar, mas havia um problema de não ter esse contato, às vezes, direto com o aluno. Ficava uma... como eu posso dizer, uma conversa fragmentada e às vezes ele não conseguia. Isso limitava bastante o aluno. Então, às vezes, eu colocava uma atividade no Google Forms que ele não conseguia responder, mas ele me mandava por escrito. E, quando a gente fala da nossa atualidade, eu continuo tentando utilizar isso nas minhas aulas: usar o celular, usar o acesso, que às vezes é um pouco complicado por conta da escola não possuir internet boa, em que todos os alunos possam usar ou que todos os estudantes tenham o celular. Mas, a gente tenta usar essa lógica do digital dentro da sala de aula. Sempre estou indicando Instagram, vídeos no Youtube que eles possam assistir ou mesmo nas nossas atividades trazendo essa lógica. Recentemente, fiz uma atividade em sala de aula, que era uma análise de fontes históricas, em grupo, e aí eu pedi que eles criassem hashtags, porque no texto falava de uma campanha na internet que era a questão indígena e aí era utilizado a #Foracovid, #Foragarimpo no texto. Pedi que eles criassem novas hashtags no exercício. Eles super se empolgaram porque é uma prática do cotidiano desses alunos. Então, sempre fica aquela pergunta: “Como é que eu vou tirar uma coisa que já faz parte do cotidiano daqueles alunos?”. Foram dois anos utilizando o celular, o telefone, para estudar e agora que eu volto para a sala de aula eu não posso mais utilizar? Isso para mim é muito contraditório. Eu fico batendo nessa tecla: “Por que a gente não pode utilizar?”. Pelo contrário, eu acredito que a gente precisa, na verdade, educar esses meninos sobre como usar a tecnologia na sala de aula. Esse é o

grande desafio. Eles voltam para a sala, eles querem estar sempre com os celulares nas mãos, mas ainda não conseguem separar uma coisa da outra e aí falta um pouquinho mesmo dessa... não sei se é uma sensibilização, não sei como a gente chamaria isso.

**Natália** – Marcella, Cleicimar e Hstéffany falaram muito dessa realidade da pandemia e da questão do uso das tecnologias em sala de aula. Marcella, em um de seus livros (COSTA, 2021), você fala da “historiografia escolar digital” e de como a gente pode se utilizar dessa linguagem das redes em ambientes e espaços que não possuem recursos tecnológicos. Queria que vocês falassem um pouco sobre o uso dessas tecnologias, dessas linguagens, num contexto educacional, que é a realidade de grande parte da educação pública brasileira, ou seja, espaços sem estrutura tecnológica disponível.

**Marcella** – Eu acho que essa é a pergunta que sempre surge nas pautas de conversas, debates e aulas quando a gente trabalha a tecnologia digital. É uma pergunta recorrente. A gente precisa reconhecer isso, até por conta dos dados mesmo. Estamos em um país em que a exclusão digital tem números elevadíssimos. O fato de ter acesso à tecnologia digital não quer dizer que a gente possa falar de um letramento digital, de um posicionamento crítico diante daquilo que se tem como conteúdo de web. Há essa própria questão de perdermos a ingenuidade no uso dessas plataformas. Estamos o tempo todo cedendo dados de nossa vida para essas grandes empresas. Então, esses pontos críticos, talvez, a gente precise ampliar, inclusive como conteúdo para as nossas aulas, não só na formação de professores, mas também na educação básica. Acredito nessa ideia de pensar tudo aquilo que a gente remete ao digital, mas entendendo que o digital não se limita ao suporte. Na tese de doutorado, minha defesa foi essa, de que a gente poderia interpretar o digital mais como condição de pensamento do que limitado a uma condição de suporte. E, por que eu trouxe essa ideia? Por que eu trouxe essa defesa? Baseada na experiência. Aqui no Norte, elas chamam de “curumins”, né, as crianças, os alunos de 6º a 9º anos, público com o qual, na época, eu optei por trabalhar. Desenvolvemos uma atividade baseada nas histórias de vida, pedi para que eles colocassem fatos marcantes da sua história de vida e que fizessem uma ilustração disso depois. Então, alguns usaram o digital e outros preferiram canetinha, papel, post-it, barbante, recortes de jornais e revistas. Então, ao analisar essas produções, entendendo esses alunos e alunas como autores e autoras, como produtores de conhecimento histórico escolar, pude ver que o digital não estava, necessariamente, mobilizando uma outra forma de produzir

conhecimento. Estava relendo a tese hoje à tarde e, nesse trecho, eu vi muito do digital no papel e do papel no digital. Como assim? Nas produções do Minecraft, por exemplo, têm vários trabalhos ali que são ilustrações, são desenhos que poderiam ser feitos com canetinha. Não tem algo específico do digital ali. Analisei produções feitas em papel que mobilizavam isso que a gente remete normalmente ao digital: a simultaneidade, a hiperconexão, a ideia de várias coisas conectadas ali ao mesmo tempo. Então, isso me fez ter material empírico para defender que não era o uso das plataformas digitais em si que traziam algo diferente e, sim, a maneira como eu me aproprio desses meios. Por isso que eu acho que o digital deve ser pensado como cultura. Cultura envolve o que? Hábitos, mentalidades, práxis. Vocês começaram a nossa conversa falando sobre isso, né? E, eu corroboro isso que minhas colegas falaram: a educação básica é, as escolas são, literalmente, uma grande escola quando a gente fala de História Digital. Óbvio que essa parte da fundamentação teórica, com o aprofundamento dos conceitos, isso vem de um exercício da leitura, mas eu entendo que as minhas colegas, ao mobilizarem essas experiências, estão vivenciando essa experimentação. Eu vejo que a História Digital é essa experimentação. Vamos registrando isso, vamos compartilhando isso para a gente ir sistematizando e contribuindo na produção de conhecimento. A História Digital é esse movimento. É essa produção do "chegar junto", do criar no coletivo, valorizando aí, firmemente, a autoria dos alunos e alunas.

**Maria Lúcia Bezerra** – Pegando o gancho e falando justamente desse contexto das tecnologias atreladas ao ensino, podemos refletir sobre nossos/as alunos/as. O nosso alunado é de uma geração de pessoas nascidas no contexto digital, imersas na tecnologia, com acesso a vários recursos virtuais que foram intensificados no contexto da pandemia. Entretanto, o problema que se impõe é como eles/as lidam com essa tecnologia. Geralmente, o que observamos é a reprodução da ideia do ctrl+c, ctrl+v. Eles não conseguem fazer esse processamento, interpretação, gerando um grande problema em relação ao consumo acrítico de informações, sobretudo, num contexto de proliferação de fake news. Para desenvolver esse senso crítico e essa capacidade de análise leva tempo e, nesse discurso de que a gente tem que bater as metas da vida, isso se torna muito difícil. É um desafio. Então, a pergunta é: como vocês veem a importância, como professoras, em assumir essa tarefa do letramento midiático com nossos alunos?

**Marcella** – Se a gente fosse conversar com colegas da Neurociência, da Psicologia, cada área de conhecimento teria a sua contribuição a dar para responder a essa pergunta. Então, queria

aproveitar esse espaço para trazer o livro da bell hooks chamado “Tudo sobre o amor: novas perspectivas” (2020), para defender que usemos a tecnologia não para disseminar ódio, não para disseminar notícias falsas, coisas que vão afetar as vidas de muita gente, prejudicar em um efeito em cadeia, mas amor nas suas múltiplas formas de expressão. Cada área de conhecimento tem a sua contribuição, mas a docência em História me ensina que o caminho para isso é focar no sensível. É a gente trazer para a sala de aula essa discussão e tentar contribuir para a conscientização dos nossos alunos em relação ao que eles veiculam, ao que postam em suas redes sociais. Quem nunca passou pela situação em sala de aula de ter um aluno filmando, fotografando, passando fotos indevidas, às vezes, durante a própria aula? Na dissertação eu trabalhei com essa ideia de educar para a cibercultura e, hoje, baseada nessa leitura da bell hooks, vejo que é educar pelo amor. É conscientizando essas pessoas dos usos sociais e profissionais que estamos fazendo da tecnologia digital. Ela pode ter um alcance enorme. Na pandemia, desenvolvi, juntamente com a professora Vitória Fonseca, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina/MG, o projeto de extensão chamado “Bate papo sobre ensino de História”, em que a gente fazia uma série de lives sobre o ensino de História. Então, a gente teve um uso do digital muito interessante, com um alcance enorme. Recebemos mensagens de todos os cantos do país, onde essas lives estavam chegando. Mas eu posso usar essa mesma potência do digital para matar pessoas, para matar ações, para matar expectativas e sonhos. Então, o que/quem define? Para onde eu vou? Qual o sentido que eu vou canalizar essa potência toda que o digital tem? Bom, vai depender desse trabalho educativo, nas bases do amor, na tônica que a bell hooks defende que é essa ética amorosa. Então, a ética amorosa, ela deve permear nossa prática mais cotidiana. A consciência histórica me dá essa porta de entrada para defender essa ética amorosa, seja no meio digital ou não.

**Cleicimar** – Eu já trabalhei com o ensino médio a respeito das fake news e aí levei algumas reportagens para sala, a partir dali a gente abriu o diálogo. Primeiro foi um impacto. Levei... e aí questionamos: isso aqui é verdade ou não é? Eles foram opinando: “Ah, é verdade! Eu já vi isso aí em tal site”. Um outro disse: “É mentira, porque eu já vi que alguém desmentiu”. Aí, o que eu fiz? Levei para o laboratório de informática e lá a gente foi construindo juntos. E vendo. Construindo e desconstruindo. Vendo o que era real e o que não era, a partir de sites que a gente estava pesquisando. As fake news estavam sendo veiculadas na internet ali no mesmo espaço da notícia verdadeira. Então, que critérios são utilizados para colocar uma mentira como se fosse

verdade? E como as pessoas que trabalham com a verdade fazem para desconstruir isso? A dinâmica em sala de aula aconteceu assim. A gente foi pesquisando e foi olhando os sites. A gente foi direcionando, é claro, para também não pegarmos os primeiros sites que aparecem. Fomos fazendo pesquisas juntos. Isso gerou um debate bem legal na turma. O mais bonito de se ver foi eles tendo a preocupação de procurar isso e de mostrar o que era fake news. Aí, entra naquela questão trazida pela Marcella: fazermos isso sem ser de forma agressiva. Quem acreditou que aquilo fosse verdade, como ele foi desconstruindo aquilo, a partir da percepção que não era real. Eu acredito que isso está neles hoje. Eu acredito que eu plantei a sementinha e aí é esperar frutificar.

**Hstéffany** – Quando a Marcella estava falando sobre essa ética amorosa – e a gente também fala muito desse livro da Bell Hooks, é muito interessante como já se parece com uma prática de muitos professores que a gente conhece da educação básica. Quando se fala dessas fake news, os negacionismos, os discursos de ódio, eu olho para o meu estado, Roraima, onde toda a sua formação é de imigrantes. A gente tem hoje a situação venezuelana presente, a questão indígena. Então, assim, não é só nas redes sociais, é dentro das salas de aula que isso está presente. Eu trabalho com turmas de 6º e 7º anos. Minha paixão é trabalhar com esses segmentos porque eu acredito que ali tem uma potência gigantesca para se atuar. A partir dessa base mesmo é que a gente vai formando pessoas que podem, realmente, ter uma mudança de percepção a partir do que elas observam em sala de aula. Então, acredito que esse trabalho que é feito na base mesmo, no 6º ano, tem uma potência muito grande para quando chegar na universidade. Quem sabe a sementinha, que foi plantada ali, consiga germinar e se tornar uma árvore? Mas quando não tem, que encontre pessoas como a Marcella que pode fazer isto também. Essa prática que a Cleicimar fez, eu fiz algo muito parecido esse bimestre com o meu 6º ano. Só que, infelizmente, não foi possível que eles pesquisassem direto da internet. Mas como a gente trabalhou isso? A gente trabalhou conteúdo de Grécia e falamos sobre questões de democracia. Estávamos aí, em período eleitoral. Trabalhamos muito a partir de várias lógicas, de várias questões e eu “inventei” algumas manchetes de jornais, levei para sala de aula, escrevi no quadro e aí a gente fez uma roda de conversa. Criei toda uma historinha com eles, com possíveis manchetes colocadas em jornais da época, lá da Grécia. E daí discutimos o que é fake news, aquilo que é verdade e aquilo que não é verdade. Debates o que era ódio, fake news e tudo. Eles puderam perceber como que isso foi construído. "Professora, como que isso tá num jornal, se a gente viu de outra maneira, se a gente

viu em sala de aula de outra maneira?". Então, assim, eu acredito que quando a gente fala dessa lógica de produção, de disseminação e trabalho feito na base, trabalho feito, ali, na educação básica, ela é de suma importância. E, trabalhando questões mesmo dentro do cotidiano, em especial, de Roraima, vou puxar sardinha para o nosso estado, é superimportante que seja feito esse trabalho. Eu sei que tem se feito muitas coisas porque a gente tem um estado totalmente heterogêneo. Por exemplo: eu sou maranhense, filha de maranhense com paraense, vivo no estado de Roraima há muito tempo e sou casada com um roraimense. Então, por muito tempo, você vê um preconceito enorme com o maranhense aqui. Hoje, o preconceito está com o venezuelano, com o haitiano. Isso é algo cotidiano que a gente vê nos jornais, todos os dias. Portanto, esse trabalho de base é de suma importância.

**Maria Lúcia** – Pensando a educação a partir dessa afetividade, da conscientização a partir do afeto, fato que Marcella destacou, refletimos sobre o contexto de disseminação de discursos de ódio. No meio virtual, nos deparamos com um aumento dos discursos de ódio, sobretudo racistas, que chegam no ambiente escolar, promovendo uma situação oposta a um ambiente de afetividade almejado. Minha pergunta é: de que maneira a História Digital pode contribuir na tarefa diária de luta antirracista, por exemplo?

**Marcella** – Eu queria recorrer à pesquisa da professora Cleicimar, que ela está desenvolvendo no ProfHistória UFRR, porque a gente está em um estado em que há a maior concentração de povos indígenas, proporcionalmente. Então o antirracismo é uma tônica nossa aqui para trabalhar com esses estudantes, essa quebra de estereótipos e visões deturpadas. A pesquisa da professora Hstéffany, também defendida pelo ProfHistória UFRR, igualmente caminha nesse sentido. Eu queria primeiro ouvi-las e depois trazer algumas reflexões com base no texto recentemente publicado com outras duas colegas, jovens professoras de História, Stephanie Jimenes Tassoulas e Daniela Silva. Nesse texto, intitulado “Racismo no meio digital: estratégias de aquilombamento”, mobilizamos a ideia de aquilombamento para problematizar o racismo digital. Mas, por agora, acho que ouvir sobre as pesquisas das meninas talvez nos ajude a deslocar essa visão, entender como elas construíram isso no chão da escola, como elas estão construindo. No caso da Hstéffany, a pesquisa já foi concluída, mas com certeza continua sendo uma pauta de sala de aula.

**Cleicimar** – A questão do preconceito é muito necessária de ser discutida, porque o preconceito

aqui traz aquela questão que já abordamos: somos um estado que possui um número muito grande de migrantes e imigrantes, além da população indígena que é a maior parte do estado. A gente recebeu indígenas Warao, da Venezuela, mas, assim, a nossa população indígena aqui é muito presente, é um estado que, proporcionalmente, tem uma população indígena muito grande, mas o preconceito contra eles é muito grande também. Eu sou indígena Macuxi, então, eu sofri e sofro na pele. Hoje eu sei lidar, então, está bem mais tranquilo, mas é algo bem... bem real e presente. A minha pesquisa trabalha patrimônio e ancestralidade. Não é à toa, é justamente por conta disso, porque no currículo da educação a gente trabalha patrimônio, trabalha memória, fontes históricas, mas ali o que mais me incomodava era que, quando a gente ia trabalhar patrimônio, sempre focava os patrimônios que estão na cidade. Então, o aluno ficava muito condicionado à cidade, naquele monumento que está no centro cívico, o Monumento aos Garimpeiros. Geralmente os monumentos ficam concentrados no centro da cidade e isso sempre me incomodou porque eu quis inserir a questão indígena dentro deste conceito. O despertar para a minha futura dissertação se deu justamente no chão da sala de aula, com essas questões e eu sempre busquei trazer a minha comunidade para dentro da sala de aula. Dentro da minha comunidade você vai encontrar as primeiras fazendas reais. Eu trazia isso como patrimônio, para que eles pudessem compreender que patrimônio era algo que estava para além da cidade. A minha pesquisa visa trazer mesmo para dentro da sala de aula a questão indígena porque a gente precisa que esses meninos entendam que ser indígena não é algo ruim, que a gente tem nossa cultura, as nossas tradições, e que isso pode dialogar com o digital. Eu dialogo, dentro da minha construção, com o digital, e é importante que eles tenham acesso às diversas formas de informação.

**Hstéffany** – Bem, vou fazer também um recorte em relação à minha dissertação. Se a Cleicimar tem um incômodo em relação aos patrimônios, o meu surgiu a partir do livro didático, o qual é pensado com o olhar do Sudeste, do Sul do Brasil. A gente procura o Norte e cadê a representação indígena do Norte? Onde ela está? E, quando aparece, é sempre colocado no passado. A partir desse meu incômodo, eu vou produzir o projeto “Entre idas e vindas: cartas que se entrelaçam”, que foi um projeto escolar de troca de cartas entre os alunos da minha escola, que fica aqui em Boa Vista, com a comunidade indígena que fica no município de Pacaraima, próximo à Venezuela. Em resumo, a ideia é que eles pudessem tirar a imagem daquele indígena que tinha no livro didático e, a partir disso, trago como ponto para ser trabalhado na dissertação do

ProfHistória.

**Marcella** - No texto sobre racismo no meio digital, sobre o qual comentei anteriormente, começamos por uma frase que está em uma das passagens subterrâneas no Aterro do Flamengo/RJ que diz o seguinte: “racista não é ser humano é apenas um ser desprezível”. Andando de bicicleta, passei uma, duas, três vezes por ali e ela sempre me incomodou muito. Quando a gente diz que o racista não é ser humano, que é apenas um ser desprezível, desconsideramos o racismo estrutural. Todos somos racistas, somos formados em uma estrutura racista, a gente está fazendo um esforço, nas nossas práticas de ensino, por meio do exercício de leitura de mundo, de perceber, de desnaturalizar, de desconstruir e de combater o preconceito que habita em nós. Isso não quer dizer que não vamos ter comentários e falas impróprias, mas passamos a ter mais atenção. Eu procuro ter essa autoanálise, nem vou dizer autocrítica, mas autoanálise, pois eu acho que estou tentando, como aprendiz que sou, em não reforçar pensamentos colonialistas e Sul/Sudeste centrados. Estou aqui no coração da Amazônia, no movimento de me desconstruir e de me reconstruir, com base em outras leituras, outros afetos, outras vivências e maneiras de ver o mundo que vão contribuir para que a gente não reproduza essas práticas racistas entranhadas. Sempre questiono: quantos autores indígenas estamos trazendo nas ementas das nossas disciplinas dos cursos de formação de professores? Quantas mulheres nós estamos trazendo nessas mesmas ementas? Quais são as nossas referências? Enfim, eu analiso criticamente isso e tenho tentado fazer esse movimento de incorporar mais essas produções que estão surgindo com colegas da formação básica para que a gente possa começar a inverter e mudar processos excludentes. O antirracismo também passa por esse exercício crítico e autoanalítico. Na produção de conhecimento a gente precisa dessa proximidade, que passa, sim, por essa linguagem do afeto para possamos nos modificar e contribuir para a mudança do nosso entorno. O que a gente sabe sobre o Norte do Brasil? O que é Roraima para vocês? Se me perguntassem isso há nove meses atrás eu não saberia responder. Roraima (RR) não é Rondônia (RO). As pessoas confundem muito. A Amazônia é de uma riqueza imensa. As pesquisas das professoras aqui mostram essa potência, essa ancestralidade pulsante, é um mergulho de cura. No campo do Ensino de História, precisamos parar para ouvir mais as produções que são feitas aqui. Há produções, mas elas ainda ficam muito marginalizadas, são pouco divulgadas. Então, meu objetivo, nesta entrevista, é contribuir para que a gente conheça essas outras narrativas ou, como diz a professora Cíntia Monteiro de Araújo, potencialize a emergência dessas outras histórias

possíveis. Tem muita História sendo contada aqui, nessas rodas de conversa, nessa oralidade. Tivemos ontem uma vivência muito boa na Comunidade Indígena São Marcos, pudemos sentir efetivamente o que estamos a falar aqui. O estudo da ancestralidade não é só uma questão de texto acadêmico formal, é uma questão de vivência, de se permitir sentir, de ouvir a si e aos seus. Tudo isso é material de sala de aula e uma forma de luta, de combate ao racismo e à ignorância.

**Natália** - Você, na verdade, acabou contemplando o que eu estava pensando sobre essa historiografia Sul/Sudeste centrada. Sobre a historiografia, a tendência é buscar o que está sendo discutido no Sul e Sudeste brasileiro, mas também está sendo produzida muita coisa no Centro-oeste, Norte e Nordeste. Inclusive, eu participei de um evento - III Seminário Internacional do Pós-Abolição - e tive uma mesa com o Eric Brasil, da UNILAB, e dois professores da Bahia, Urano Andrade (UFBA/Pesquisando a História) e Diana Souza (UFBA/SMBA/RHN). Uma produção riquíssima de História Digital, sobre acervos e, muitas vezes, aqui no Sudeste, não temos contato com esse material. Para finalizar, queria que vocês falassem como a produção do Norte sobre História Digital e Ensino de História pode romper essa bolha. Como essa produção pode questionar a dimensão Sul/Sudeste centrada?

**Cleicimar** - É que nem a Marcella falou, a gente aqui tem várias produções. Muitas mesmo. Muita gente boa produzindo. Muita gente boa que já produziu muito material de qualidade. Temos vários colegas da educação básica que também são pesquisadores e que trazem discussões que precisam, necessitam realmente, entrar no circuito nacional e ser reconhecidos. Em relação ao digital, tem também muita produção, a gente está caminhando. Tem muita coisa para se produzir, para se conectar com o próprio ensino de História. No caso da minha pesquisa, trago não só a questão do ensino de História, mas também a História indígena, a ancestralidade. Se vocês observarem os últimos eventos da área do Ensino de História, vamos observar que a ancestralidade estava ali presente em tudo, porque há a necessidade desse resgate. A gente precisa trazer essas pessoas. Conhecer nossas bases. Eu acredito que o meu trabalho vai contribuir, sim, para questionar esse contexto Sul/Sudeste centrado. São discussões importantes e necessárias para romper barreiras, quebrar paradigmas, desconstruir preconceitos. Temos muitos autores indígenas que já são conhecidos. Eu vou ser mais uma nessa luta. Daniel Munduruku, Graça Graúna, Eliane Potiguara. Esses autores aí são maravilhosos e já estão nesse trabalho de formiguinha. Acredito que, cada dia mais, vão surgindo novos, fazendo força nessa corrente de

e levar ainda mais a qualidade para o ensino. Somos do Norte. A gente precisa se fazer presente. Aqui a gente produz. Aqui, a gente ama o que faz. Aqui, a gente pesquisa. Aqui, a gente aprende. É bom demais poder aprender com nossos pares, com alguém que esteja aqui do lado, que conheça a nossa realidade. Não é que a gente vá se fechar em bolhas, pelo contrário, eu acredito que precisamos mesmo dessa junção, até mesmo para que isso reflita de forma mais positiva dentro da sala de aula. Nós, que somos professores da educação básica, estamos ali na base com os meninos. A gente faz esse trabalho lá e, ao mesmo tempo, entramos nesse circuito de produções nacionais.

**Hstéffany** – Eu começo a fala dizendo que você não será só mais uma, Cleicimar, você está representando o seu povo, o povo Macuxi, o povo aqui da nossa região. Isso que a Cleici falou, de ter produções: realmente temos muitas produções. Nós somos um estado bem novo, bem recente. O curso de História da UFRR é um dos mais antigos, porém a gente está tendo uma renovação. A gente vê, na presença da Marcella, novos rostos surgindo, com novas formas de pesquisar, novas abordagens no ensino de História e trazendo a História Digital como foco. Nós também tivemos concurso para a educação básica recentemente, o que trouxe um fôlego maior; pessoas que vêm realmente dispostas a querer somar e colocar Roraima dentro do circuito. Eu não vou nem me ater à questão da região Norte toda, mas em especial Roraima, que é onde nós estamos. Nós temos, realmente, muitas produções. Todas com conteúdos riquíssimos. Muitas dentro do ensino de História. O ProfHistória está aí na sua segunda turma, começando a terceira turma ano que vem, também trazendo fôlego novo. Temos essa questão da distância. Para se deslocar para o restante do país, tudo é muito caro. Quando a gente traz os meios remotos, isso se torna mais fácil. Estamos fazendo essa entrevista em meio online, uma forma que, há alguns anos, não seria possível. Não pensamos mais no livro só impresso, não pensamos mais nas revistas só impressas, a gente pode ter acesso a tudo isso online. Isso realmente faz com que tenhamos um engajamento maior de todos esses pesquisadores.

Todas agradecem a entrevista, destacando a importância da divulgação dos trabalhos acerca do ensino de História Digital, produzidos no Norte do país. Marcella pediu a palavra para falar as seguintes frases, com as quais encerramos o texto: “Não acredito nisso de dar voz. A gente não dá voz a ninguém. As pessoas têm a sua voz. Mas, a visibilidade, a gente pode contribuir, sim, usando o digital para a divulgação científica, para a divulgação do que é produzido aqui.”

## Referências

COSTA, Marcella Albaine Farias da. Ensino de História e historiografia escolar digitais. Curitiba/PR: Editora CRV, 2021.

HOOKS, Bell. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. São Paulo. Elefante, 2020.

\*\*\*

### Sobre o autor:

**Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre:** Professora substituta do Instituto Federal da Paraíba – Campus Cabedelo (IFPB-Cabedelo). Pós-doutorada pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR-UFRRJ) com o projeto "Imprensa Iguaçua como fonte para História da Baixada Fluminense (Nova Iguaçu, 195-1970)" e coordenadora do projeto de extensão “COPESBRA VAI À CAÇA”: ensino de história e formação de professores a partir de recursos multimidiáticos. Tem especial interesse pelas discussões sobre os processos históricos que envolvam imprensa, metodologias ativas e ensino de história no século XXI.

**Natália Batista Peçanha:** Professora Adjunta de Ensino de História da Universidade Federal de Uberlândia - ICHPO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho e o Pós-Abolição (GEMTRAPA-UFRRJ), do GT Emancipações e o Pós-Abolição/MG e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Humanidades Digitais (NEPEHD-UFU). Desenvolve pesquisas sobre as relações de trabalho envolvendo empregadas domésticas, na virada do século XIX e princípios do século XX e pesquisas voltadas ao ensino de História das relações étnico-raciais e a aplicabilidade da lei 10639/03.

\*\*\*

**Artigo recebido para publicação em:** 15 de dezembro de 2022.

**Artigo aprovado para publicação em:** 05 de maio 2023.

\*\*\*

### Como citar:

ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva; PEÇANHA, Natália Batista. Reflexões sobre sul-sudeste-centrismo em relação aos estudos do ensino de história e história digital: uma conversa com Marcella Albaine, Hstéffany Muniz e Cleicimar Souza. Rio de Janeiro, n.º. 27, 2023. pp. 112-127. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/71911>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2023.71911

